

Senadores elogiam pena de prisão do STF a parlamentar

Gerardo Magela/Senado Federal



Condenação de José Tatico a sete anos de prisão aponta para o fim da impunidade, dizem Eduardo Suplicy e Marisa Serrano

Eduardo Suplicy e Marisa Serrano consideraram “punição exemplar” a primeira condenação a pena de prisão dada pelo STF a parlamentar e que não será convertida em pena alternativa. O deputa-

do José Tatico (PTB-GO) recebeu a pena de sete anos de prisão por apropriação indébita e sonegação previdenciária. Os senadores esperam que hoje a Suprema Corte valide a Lei da Ficha Limpa. **3**

Eduardo Suplicy (ao lado de Alvaro Dias, sentado), ontem, no Plenário: expectativa pela validação da Lei da Ficha Limpa no julgamento de hoje do Supremo

Governo edita MP que cria entidade para Olimpíadas

O Congresso Nacional recebeu ontem a Medida Provisória 503/10, que cria a Autoridade Pública

Olimpíca e ratifica protocolo firmado entre a União, o estado do Rio de Janeiro e a cidade do Rio. **4**

Termina amanhã prazo para fazer sugestões ao CPC **2**

Cavalcanti aplaude projeto inovador

Cerca de mil agricultores de um assentamento em Cruz do Espírito Santo (PB) estão tirando da roça renda mensal de R\$ 1,2 mil, informa Roberto Cavalcanti. **4**

Selma propõe mudanças na alimentação do brasileiro

Selma Elias cita projeto catarinense que introduz maçãs na merenda escolar para defender mudança na alimentação do brasileiro, pobre em frutas e verduras. **4**

Projeto obriga SUS a vacinar população contra catapora **4**



Nuvem de poeira cobre a Esplanada



Por volta das 16h15 de ontem, a Esplanada dos Ministérios e a Praça dos Três Poderes ficaram encobertas por uma tempestade de poeira que durou 15 minutos e deixou perplexos os funcionários

públicos. Muitos disseram nunca ter visto algo parecido. O vento soprou da região oeste de Brasília, onde há muitas obras em andamento. Desde segunda-feira, a cidade está tomada pela névoa seca, fenômeno que

costuma anteceder as primeiras chuvas. Em algumas áreas do Distrito Federal choveu ontem após uma estiagem de 124 dias. As fotos da Esplanada mostram o contraste entre a tarde de ontem e um dia claro de abril.

Gerardo Magela/Senado Federal

J. Freitas/Senado Federal

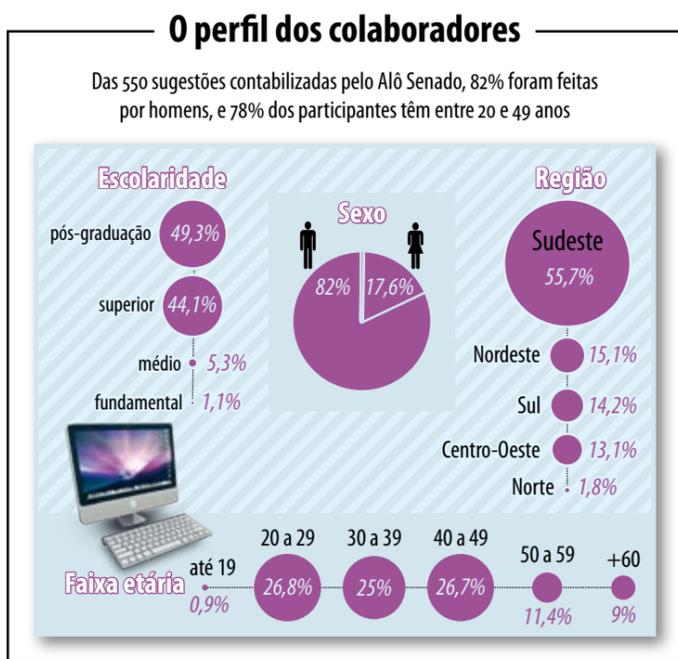
Propostas visando ao aprimoramento do projeto de reforma devem ser enviadas por meio de formulário eletrônico no portal da Secretaria de Pesquisa e Opinião

CPC recebe sugestões da sociedade até amanhã

TERMINA AMANHÃ O prazo para o encaminhamento de sugestões à comissão especial do Senado que analisa o projeto de reforma do Código de Processo Civil (CPC). As sugestões podem ser encaminhadas por meio do formulário eletrônico disponível no portal da Secretaria de Pesquisa e Opinião. O link com o formulário está disponível no site do Senado Federal.

A comissão temporária promoveu este mês uma série de encontros com o objetivo de colher sugestões para aprimorar a proposta de novo código. Foram realizadas audiências públicas em oito capitais. Em Brasília, nos dias 23 e 24, foi realizado o 7º Seminário Italo-Ibero-Brasileiro de Estudos Jurídicos, no auditório do Superior Tribunal de Justiça (STJ).

Durante o seminário, o senador Valter Pereira (PMDB-MS), relator-geral do novo CPC, afirmou que as propostas



Fonte: DataSenado

apresentadas nos vários encontros serão comparadas àquelas recebidas dos cidadãos.

O Alô Senado já contabilizou mais de 550 sugestões. Entre os participantes, 82% são ho-

mens, 78% têm entre 20 e 49 anos, 44% possuem graduação e 49% pós-graduação, sendo a região Sudeste a que contribuiu com o maior número de sugestões.

Casa própria para idosos vai entrar na pauta após eleição

Os senadores poderão votar dois projetos de lei que alteram o Estatuto do Idoso (Lei 10.741/03) nas sessões deliberativas do Senado marcadas para a semana que vem, após as eleições gerais de domingo. Um deles (PLC 150/08) reserva aos idosos pelo menos 3% das residências em programas habitacionais públicos ou subsidiados com recursos públicos. O outro (PLC 156/08) determina a construção de casas de pavimento térreo para os idosos cadastrados nesses programas. Ambos estão na pauta da sessão deliberativa do Plenário de quarta-feira, que começa às 14h.

Em seu artigo 38, o Estatuto do Idoso estabelece que, nos programas habitacionais públicos ou subsidiados com recursos públicos, o idoso tem prioridade na aquisição de imóvel para moradia própria, observados os seguintes critérios: reserva de 3% das unidades residenciais para atendimento aos idosos; implantação de equipamentos

urbanos comunitários voltados ao idoso; eliminação de barreiras arquitetônicas e urbanísticas para garantir a acessibilidade ao idoso; e financiamento compatível com os rendimentos de aposentadoria e pensão.

O PLC 156/08 acrescenta a essa legislação um parágrafo único estabelecendo que as unidades residenciais reservadas para atendimento a idosos devem situar-se, preferencialmente, no pavimento térreo. A matéria, do ex-deputado Tarcísio Zimmermann, recebeu parecer favorável da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) e da Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

Já o PLC 150/08, do deputado Vanderlei Macris (PSDB-SP), adiciona a expressão "pelo menos 3%" nessa reserva de unidades. Originalmente, o deputado estabelecia 5% das moradias para os idosos, mas houve modificação na própria Câmara, que baixou esse percentual para 3%, transformando-o em patamar



Genivaldo Magalhães/Senado Federal

Paulo Paim, relator na CDH: dificuldades para financiamento

mínimo. Pelo Estatuto do Idoso, o percentual fixado é de 3%, mas a introdução da expressão "pelo menos" no PLC 150/08 abre a possibilidade de elevar-se essa quantidade, argumenta o autor.

O projeto foi primeiramente relatado pelo senador Paulo Paim (PT-RS) e aprovado pela CDH. Paim observou em seu voto que os idosos têm mais dificuldade de conseguir financiamento bancário para comprar moradias, especialmente pela objeção das seguradoras.



Projeto de Rosalba Ciarlini beneficia trabalhador com pelo menos cinco anos na empresa

Direito de aposentadoria pode impedir demissão de empregado

O projeto de lei complementar (PLS 521/09) que tem por objetivo proteger o emprego do trabalhador que estiver prestes a se aposentar está pronto para ser discutido e votado no Plenário.

Apresentada pela senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN), a proposta prevê que o empregado não poderá ser demitido nos 18 meses que antecedem a data em que adquire o direito à aposentadoria voluntária. A medida beneficia o trabalhador que tenha vínculo empregatício e que trabalhe na mesma empresa há pelo menos cinco anos.

O empregador que não obedecer à determinação deverá pagar uma indenização ao empregado demitido nesse período no valor equivalente a um mês de remuneração por ano ou fração igual a seis meses de serviço efetivo. Na hipótese de o trabalhador receber por dia, o cálculo da indenização terá por base 30 dias. Se o pagamento for feito por hora, a indenização será calculada com base em 220 horas mensais.

Para os empregados que trabalharemos por comissão ou que recebam percentagens, tal indenização será calculada com base na média das comissões ou percentagens recebidas nos últimos 12 meses.

Já para os que exercem suas atividades por tarefa ou serviço feito, a indenização será paga com base na média do tempo habitualmente gasto pelo trabalhador para realização do trabalho, calculando-se o valor do que seria feito durante 30 dias.

A proposta ainda determina que, em caso de despedida por culpa recíproca ou força maior, desde que reconhecida pela Justiça do Trabalho, o valor da indenização deverá ser reduzido em 20% do valor devido.

Conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), citados pela autora, o Brasil tem cerca de 25 milhões de trabalhadores formais, dos quais 25% têm mais de 50 anos de idade. Rosalba ressalta que, de acordo com estudo da Consultoria de Recursos Humanos Manpower realizado em 25 países, a maioria dos empregadores não admite nem mantém em seus quadros trabalhadores com idade mais avançada.

Relator da matéria na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), o senador Paulo Paim (PT-RS) teve seu parecer favorável à proposta aprovada pelo colegiado, com duas emendas à técnica legislativa de redação do projeto.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário Discursos e comunicados na sessão

14h O Plenário se reúne para sessão não deliberativa, destinada a discursos de parlamentares e comunicados da Mesa diretora. Entre os inscritos, está o senador Alvaro Dias (PSDB-PR).

SESSÃO ONLINE: a íntegra dos pronunciamentos publicados no **Jornal do Senado** pode ser lida no endereço www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sessao/default.asp

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Marconi Perillo
2º Vice-Presidente: Serys Slhessarenko
1º Secretário: Heráclito Fortes
2º Secretário: João Vicente Claudino
3º Secretário: Mão Santa
4º Secretário: Patrícia Saboya
Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral: Haroldo Feitosa Tajra
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Alvaro Dias • Roberto Cavalcanti • Selma Elias

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Sílvia Gomide
Edição: Moisés Oliveira e Nelson Oliveira
Site: www.senado.gov.br/agencia

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333
Editor-chefe: Flávio Faria
Editores: Edson de Almeida, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Suelly Bastos e Sylvio Guedes
Diagramação: Iracema F. da Silva, Ronaldo Alves e Osmar de Jesus Miranda
Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Miquêas D. de Moraes, Pedro Pincer e Silvio Burle
Reportagem: Cintia Sasse e Rafael Faria
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino
Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333
Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137
 Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

Suplicy orienta eleitor a ver o último debate

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) recomendou ontem que os eleitores vejam o último debate entre os candidatos à Presidência, amanhã, na Rede Globo. Para ele, os eleitores devem prestar atenção nas

propostas dos candidatos, pois o escolhido irá governar o Brasil pelos próximos quatro anos.

– Feliz é o povo brasileiro, que vive hoje uma democracia, com candidatos do mais alto nível como, por exemplo, Plínio

de Arruda Sampaio, Marina Silva, José Serra e Dilma Rousseff. Espero que possamos comparar muito bem as proposições e os valores defendidos pelos candidatos – afirmou Suplicy.

No mesmo discurso, o sena-

dor registrou a inauguração em São Paulo, pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, de oito usinas de álcool e açúcar que geram energia pela queima do bagaço de cana (geração termelétrica).

Senadores elogiam punição do STF a deputado

Marisa Serrano e Eduardo Suplicy qualificam como exemplar a sentença definida contra José Tatico e esperam que a corte decida ainda hoje pela validade imediata da Lei da Ficha Limpa

MESMO CONSIDERANDO A validação da Lei da Ficha Limpa como o passo decisivo para afastar da vida pública políticos que descumprem as leis, os senadores Eduardo Suplicy (PT-SP) e Marisa Serrano (PSDB-MS) classificaram como exemplar a primeira sentença definitiva de prisão dada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) contra um parlamentar, desde que passou a vigorar a Constituição de 1988. Na segunda-feira, a corte condenou o deputado José Tatico (PTB-GO) a sete anos de prisão, sem possibilidade de conversão em pena alternativa, por apropriação indébita previdenciária e sonegação da contribuição.

– É um anseio de que todos, no Brasil, sejam efetivamente iguais perante a lei. Se pessoas são condenadas por ações contra o erário, porque desviam, roubam ou extorquem recursos públicos, então aqueles que estejam de posse de responsabilidades, inclusive cumprindo missão no Congresso Nacional, devem também responder por seus atos – comentou Suplicy, em entrevista à Rádio Senado.

Como assinalado por Marisa Serrano, a população poderá ter esperanças de término da impunidade se todas as instituições jurídicas do país passarem a atuar com o mesmo empenho observado nesse caso. Depois de investigações, o Ministério Público Federal ofereceu denúncia, apontando que o deputado deixou de repassar ao INSS contribuições recolhidas de empregados e parcelas devidas pelo Curtume Progresso Indústria e Comércio Ltda, empresa de sua propriedade e que gerenciou até 2002.

– Da forma como foi feito em Goiás, vamos dar ao povo um novo alento a respeito [do fim] da impunidade comumente associada a políticos e a partidos no país.



Supremo Tribunal Federal em sessão extraordinária: para evitar a prescrição da ação, já que José Tatico faria ontem 70 anos, julgamento foi realizado na segunda-feira. Deputado foi acusado de sonegação e apropriação indébita de recursos da Previdência

O julgamento foi feito em sessão extraordinária segunda-feira, para evitar a prescrição do crime, já que ontem o deputado completaria 70 anos de idade. Ele deve cumprir a sentença em regime semiaberto, podendo trabalhar fora durante o dia e dormir na cela. Tatico é candidato a reeleição, dessa vez por Minas Gerais, mas agora estará sujeito a indeferimento de sua inscrição com base na Lei da Inelegibilidade – cujo alcance está sendo ampliado pela Lei da Ficha Limpa.

Ficha Limpa

Com relação à nova lei, Suplicy disse que a expectativa geral é que o STF decida hoje pelo definitivo reconhecimento de que se trata de norma constitucional e de imediata aplicabilidade, com validade para o pleito deste ano. A mesma observação é feita por Marisa Serrano, também esperando um desempate entre os ministros do STF que possibilite a imediata vigência da lei.

– Todo o processo do projeto Ficha Limpa foi muito importante, pois ele nasceu da sociedade, que se sentiu na obrigação de tomar uma atitude e mostrou qual era o direcionamento que acreditava ser o melhor para o país.



DEM defende no STF exigência de dois documentos para votar

O DEM pediu ao Supremo Tribunal Federal (STF) para ingressar como *amicus curiae* – por ter interesse no assunto, embora não seja parte – na ação direta de inconstitucionalidade (ADI) protocolada pelo PT contra a exigência da apresentação de dois documentos nas eleições de domingo.

De acordo com o pedido do DEM, a obrigatoriedade de apresentar o título de eleitor e um documento oficial de identidade com foto é uma “medida necessária e adequada porque não há, até o presente momento, outra forma capaz de praticamente eliminar a possibilidade de fraude no momento da votação”.

O PT protocolou a ADI na última sexta-feira. Os advogados do partido dizem que a exigência cerceia o direito político do cidadão, além de ser desproporcional, ao obrigar o porte de dois documentos oficiais no dia da eleição.

O DEM argumenta, em sua petição ao STF, que a exigência, introduzida pela Lei 12.034/09, foi aprovada democraticamente pelo Poder Legislativo.

O prazo para obter a segunda via do título se encerra amanhã. Os eleitores cadastrados até 5 de maio deste ano podem pedir a reimpressão do documento, em qualquer cartório eleitoral, mesmo fora do seu domicílio de votação.

Até o dia 5, prisão só em flagrante delito

De acordo com a legislação eleitoral, a partir de ontem até 48h depois do encerramento da votação (ou seja, até o dia 5), nenhum eleitor pode ser preso ou detido, a não ser em flagrante delito ou em decorrência de condenação judicial por crime inafiançável.

Desde o dia 18, candidatos, fiscais de partidos e membros das mesas de votação não podem ser presos, a não ser em caso de flagrante delito.

As eleições ocorrem no domingo, dia 3. As sessões de votação serão abertas às 8h e fecharão às 17h.



Alvaro Dias: “Ataques desonestos”

Alvaro Dias explica por que vai votar no irmão, e não no PSDB

O senador Alvaro Dias (PSDB-PR) explicou ontem por que declarou que votará em seu irmão, Osmar Dias (PDT), para o governo do Paraná, embora seu partido tenha candidato próprio, Beto Richa.

De acordo com ele, que declarou viver uma situação inédita

em sua trajetória política, a ideia inicial era adotar uma postura neutra, que representasse “respeito ao partido e respeito à família”. Porém, na última semana, segundo Alvaro Dias, o candidato do PSDB passou a atacar o adversário de forma “fortuita, desnecessária, impro-

cedente e desonesta”.

– Eu não poderia ouvir agressões despropositadas assacadas contra um irmão sem defendê-lo. A indagação que faço é: teria eu autoridade moral e política para defender quem quer que seja se não defendo o próprio irmão? É evidente que

não – afirmou.

Alvaro Dias justificou sua escolha pelo “voto do ser humano, não do político que milita partidariamente e que tem obrigações partidárias”. Disse, no entanto, que sabe que a opção que faz é “a melhor para o Paraná”.

A criação da Autoridade Pública Olímpica foi uma das garantias apresentadas pelo governo brasileiro ao Comitê Olímpico Internacional para que a cidade do Rio de Janeiro sediase os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016

MP que cria entidade para monitorar Jogos Olímpicos chega ao Congresso

JÁ ESTÁ NO Congresso a Medida Provisória (MP) 503/10, que ratifica o protocolo de intenções firmado entre a União, o estado do Rio de Janeiro e a cidade do Rio, criando a Autoridade Pública Olímpica (APO), entidade que fará o monitoramento dos Jogos Olímpicos de 2016. O texto, publicado no *Diário Oficial da União* de 22 de setembro, contém teor semelhante à MP 489/10, que perdeu a validade por não ter sido votada pelo Congresso no prazo previsto na Constituição (120 dias após a edição).

A entidade atuará como consórcio e será responsável pela coordenação das ações governamentais dos três entes federados para a realização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016. A MP permite ao consórcio monitorar a execução das obras e dos serviços referentes aos projetos olímpicos. Prevê também que a APO poderá realizar novas licitações e contratações para assegurar o cumprimento das obrigações assumidas com o Comitê Olímpico Internacional



Palco armado na praia de Copacabana para a comemoração da escolha do Rio para sediar os Jogos Olímpicos de 2016

(COI). Determina ainda a criação de um Conselho Público Olímpico, com poderes para aprovar e modificar estatutos, orçamento e projetos da APO. De acordo com o documento, "em caráter excepcional, poderá a APO, por decisão unânime do Conselho Público Olímpico, assumir o planejamen-

to e a execução de obras ou de serviços sob a responsabilidade dos órgãos e das entidades da administração direta ou indireta dos entes consorciados".

A MP define a estrutura da entidade, que terá 484 cargos em comissão e funções gratificadas, com remunerações que vão de

R\$ 1 mil a R\$ 22 mil.

A criação da APO foi uma das garantias dadas pelo Brasil ao COI durante a candidatura da cidade do Rio para sediar os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016. A MP será analisada pela Câmara dos Deputados, sendo em seguida submetida ao Senado.

Meurer critica ação do governo de Santa Catarina

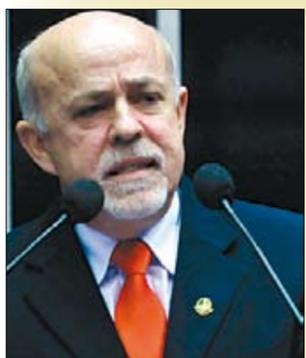
Belini Meurer (PT-SC) criticou o governador de Santa Catarina, Luiz Henrique da Silveira, por ter ajuizado ação direta de inconstitucionalidade no STF contra a Lei 11.738/08, que regulamentou o piso salarial para os professores da educação básica.

A lei, que entrou em vigor em 2009, não está sendo cumprida em Santa Catarina e em outros cinco estados devido ao questionamento judicial. Os governadores alegam falta de verba.

Na avaliação do senador, a existência de um abono em Santa Catarina não justifica a negativa do governador de elevar o piso salarial, uma vez que o abono não é incorporado ao salário.

Um professor iniciante do ensino médio, com contrato de 40 horas semanais, ganha R\$ 609.

– Como alguém que faz um curso superior pode ganhar inicialmente R\$ 609?



Senador defende piso salarial para professores da educação básica

Cavalcanti elogia projeto agrícola inovador na Paraíba

Cerca de mil pequenos agricultores de um assentamento no município de Cruz do Espírito Santo (PB), que antes sobreviviam das comissões sobre a venda de gado, hoje conseguem tirar da roça uma renda mensal de R\$ 1.200. Segundo o senador Roberto Cavalcanti (PRB-PB), isso se deve à implantação de um projeto chamado Mandalla, iniciativa do administrador de empresas Willy Pessoa e implantada em parceria com a multinacional química Bayer em oito assentamentos rurais.

Roberto Cavalcanti explicou que a palavra mandala, de origem sânscrita, significa círculo. De acordo com o projeto, são construídos nove canteiros ao redor de um lago circular de

cerca de seis metros de diâmetro. A água desse lago é bombeada para irrigar a plantação. Nos três primeiros círculos são produzidas culturas de subsistência. Nos círculos seguintes, verduras e legumes para serem comercializados no mercado local.

O Projeto Mandalla prevê ainda a criação de pequenas aves e animais como galinhas e cabras. Os peixes do lago são alimentados com plâncton derivado das fezes dos patos e com mariposas e insetos atraídos para a água por uma lâmpada colocada pouco acima do nível do lago. Peixes e patos fertilizam as plantas por meio da água bombeada para os nove círculos. Codornas, galinhas, coelhos, cabras e uma vaca fornecem esterco e urina para



Roberto Cavalcanti: projeto oferece alternativa para pequeno agricultor

a formulação de defensivos e nutrientes orgânicos.

Segundo o senador, a Bayer oferece apoio técnico para a construção, além de ajuda financeira para a compra de sementes, aves, peixes e caprinos. A empresa também custeia o pagamento de um salário mínimo por família nos primeiros seis meses.

Selma: brasileiro deve melhorar hábito alimentar

A senadora Selma Elias (PMDB-SC) disse ontem que, embora estudos do Ministério da Saúde tenham concluído que houve melhora nos hábitos alimentares dos brasileiros nos últimos anos, o país ainda está longe dos parâmetros recomendados pela Organização Mundial da Saúde (OMS).

Ela disse que, em 2009, apenas 30,4% da população apontavam frutas e hortaliças como opção de consumo. E, entre esses, menos de 19% consumiam o mínimo de 400 gramas recomendado pela OMS. Apesar de baixo, disse a senadora, esse índice cresceu de 2,6 vezes em relação ao do ano de 2006.

Para Selma Elias, um dos locais em que é possível melhorar os



Selma Elias elogiou projeto Mais Frutas na Escola, de Santa Catarina

hábitos alimentares dos brasileiros é a escola. A senadora lembrou que todo o programa de merenda escolar vem sendo reorientado não apenas para dar alimentação, mas também

educar os estudantes sobre a nutrição correta, além de beneficiar o pequeno agricultor familiar, principal fornecedor local de legumes, hortaliças e frutas.

A parlamentar disse que o governo de Santa Catarina transformou a preocupação com a boa alimentação em política pública e implantou o projeto Mais Frutas na Escola (que já atende a 330 mil estudantes), incluindo a maçã na merenda escolar (o estado é o maior produtor nacional da fruta).

– Os excelentes resultados colhidos pelo projeto não apenas permitiram sua expansão desde 2006, como também recomendam claramente que seja mantido, qualquer que seja o vencedor da próxima eleição – afirmou.

Proposta obriga SUS a vacinar contra catapora

Doença frequente no final do inverno e no início da primavera, a catapora – cuja denominação científica é varicela – pode ser prevenida com vacina já disponível em clínicas particulares. Projeto pronto para ser votado pelo Plenário do Senado (PLC 5/09) inclui essa vacina no calendário básico de vacinação da criança, da rede pública, e determina que o Sistema Único de Saúde (SUS) ofereça os meios necessários para que ela seja distribuída gratuitamente.

O projeto acrescenta ao calendário oficial também as vacinas contra hepatite A, meningocócica conjugada C, pneumocócica conjugada 7-valente e pneumococo. O Ministério da Saúde informa que foram incorporadas neste ano, no calendário da rede pública, as vacinas pneumocócica e a meningocócica tipo C.

Varicela

Embora o calendário de vacinação da Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP) já recomende a vacina contra varicela, ela ainda não é oferecida pelo SUS. A organização recomenda a vacina com um ano de idade e uma segunda dose entre os quatro e seis anos de vida.

– Na comunidade médica, não há dúvida de que a vacina é fundamental. Não se discute se ela é importante. O Ministério da Saúde não a adota provavelmente por causa dos custos – afirma a pediatra Inez Cavechia.

De acordo com ela, a eficácia da vacina é de cerca de 95%. Os efeitos colaterais e a taxa de contágio após a vacinação são pequenos. Ela lembra ainda que, embora seja considerada doença benigna, em razão do baixo índice de mortalidade registrado, a catapora pode apresentar complicações terríveis que podem levar à morte. Os efeitos da doença, segundo a pediatra, são mais graves em menores de um ano, gestantes e pessoas com baixa imunidade.

Exceções

O Ministério da Saúde informa que a vacinação contra a catapora é realizada pelo SUS apenas para as populações indígenas, tendo em vista a alta letalidade observada nesses povos.

A vacina pode ser aplicada também a pacientes imunocomprometidos (aqueles com leucemia linfocítica aguda e tumores sólidos em remissão); candidatos a transplante de órgãos (fígado, rim, coração, pulmão e outros órgãos sólidos), pelo menos três semanas antes da cirurgia; profissionais de saúde que atuam no ambiente hospitalar; e HIV positivos.

A inclusão de novas vacinas na rede pública é definida, segundo o Ministério da Saúde, por um comitê técnico formado por especialistas em saúde pública do próprio órgão, sociedades médicas e universidades.